

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: um estudo sobre o caso da UNAMA

Maria Lúcia Gomes Figueira de Melo¹
Ingrid Agrassar Morais²

Resumo

A agudização da dinâmica do capital no Brasil esculpiu-se com um impulso mais evidente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, porém, identificando as raízes desse processo na conjuntura nacional, percebemos que essa nova forma de organização capitalista, a **Macroordem Neoliberal**, remonta-se, ainda, aos primórdios da gestão de Fernando Collor de Mello, responsável pela efetiva abertura da economia nacional ao mercado mundial. Assim, tornamo-nos presas fáceis diante das novas exigências impostas pelo movimento de **Globalização** do sistema capitalista.

Palavras-chave: educação, privatização, neoliberalismo, globalização, capital.

O **Estado**, cada vez mais, **desresponsabiliza-se da área social**, legando às **leis do mercado** setores estratégicos, como o da saúde, o da cultura, o das utilidades públicas e, primordialmente, o da educação. A ação racionalizadora, urgentemente exigida pela economia Neoliberal, objetiva justificar-se no contexto da **Reforma do Bem-Estar Social**. Ideologicamente, a Reforma traz à tona o **mercado**, como portador de uma razão sócio-política, capaz de legitimá-la como agente principal desse bem-estar.

Dessa maneira, prima-se pela tentativa de transformar **direitos sociais** e, dentre eles, a **Educação**, em serviços prestados e definidos pelas **leis do mercado**. Nesse sentido, o **espaço público democrático dos direitos** restringe-se, cedendo lugar à expansão do **locus privado** e, isso não somente no bojo das atividades econômicas, mas também na própria fruição dos direitos sociais conquistados

Um dos principais signos da **Política Neoliberal**, a **Reforma do Estado**, altera o sentido ontológico da **Educação**, que passa, então, da condição de **direito** à de **serviço**. Na gestão FHC, proclamaram-se as tais Reformas, catalisando toda a mudança social necessária ao ingresso do Brasil no **Processo de Mundialização do Capital**, aprofundando ainda mais a ideologia do **Neoliberalismo**

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, N° 5, 2004

¹Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da Universidade do Estado do Pará e Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em Metodologia da Educação Superior e Sociologia e Educação Ambiental.

²Historiadora. Pedagoga e Especialista em Metodologia da Educação Superior.

Global, como se a estratégia fosse suficiente para encobrir com vestes menos transparentes o rei colocado a nu diante de si próprio e dos reais problemas do reino mundial.

Torna-se patente que a atual face da **Educação Superior Brasileira** emerge da reordenação desse espaço sócio-econômico, tendo como epicentro à **dinâmica produtiva**. Com a **expansão do Capital**, segundo sua racionalidade intrínseca, instala-se não exclusivamente o **império da mercadoria**, mas, sobretudo, a formatação de um imaginário que o torna sutil e idilicamente imprescindível. Salientarmos ainda que, a partir das **transformações** aludidas na esfera econômico-social, presenciamos também consideráveis modificações de natureza simbólico-cultural, sendo estas tão profundas que acabam por aglutinar **valores mercantis** à própria **produção intelectual**.

A excepcionalidade do processo retrocitado na **Educação Superior Brasileira** perpassa pela revisão de seus fundamentos e propósitos, legando-lhe uma marcante tendência em consonância com o Capital: a **aproximação da idéia de Universidade à da própria empresa capitalista**. Evidentemente, tais similitudes acarretariam sensíveis prejuízos às atividades inerentes a uma instituição de Educação Superior. Teme-se, portanto, a passagem da **Universidade** da condição de **instituição social** à de **organização empresarial**, o que implicaria uma distinção pífia entre **Educação Superior** e **Ensino Superior**, visto que o **modelo operacional**, o tripé ensino-pesquisa-extensão, visaria aos **interesses mercadológicos**, comprometendo gravemente a funcionalidade social das IES.

Somente entendendo em sua profundidade a dialética da **Educação Superior**, nomeadamente, a incidência de suas conseqüências no Pará, é que poderemos lançar mão de ações eficientes no sentido de combater sua **desistoricização** e o **apartheid global** que o capitalismo engendra-lhe.

O objeto problematizado nessa pesquisa concerne, portanto, ao **Processo de Privatização da Educação Superior**, compreendido mediante suas interfaces em Belém, capital do Estado do Pará, tendo como *locus* investigativo a **Universidade da Amazônia, UNAMA**, haja vista que as ingerências **Neoliberais** podem ser percebidas nessa instituição, tendo em vista seu grande crescimento na região ao longo dos últimos anos.

O fito do estudo constitui-se, destarte, nas

influências difundidas pela **Política Neoconservadora na Educação Superior de Belém**, especialmente por percebermos que algumas IES acabam por aproximar as práticas da Universidade às de uma empresa capitalista, alterando sua própria identidade, isto é, a de Instituição Social. A pesquisa focalizou um **recorte cronológico** de quatro anos, abarcando desde 1998 a 2002. Tal opção temporal explica-se pelo fato deste período ter correspondido ao segundo mandato do presidente **Fernando Henrique Cardoso**, responsável não pelo início, mas pela agudização da **Política Neoliberal no Brasil**.

A afirmação realizada acima, fundamenta-se, principalmente, no fato do governo FHC ter desenvolvido um conjunto de ações que faziam parte de um projeto mais amplo, a consolidação do ideário Neoliberal no Brasil, desembocando, dentre diversas perspectivas, em um intenso **Processo de Privatização das Universidades Públicas**, assim como, em seu próprio sucateamento, abrindo, conseqüentemente, um vastíssimo mercado à iniciativa privada e, desse modo, contribuindo para a difusão de instituições que, muitas vezes, primam mais pela **lógica do mercado** que pela **função social da Educação**. É nesse sentido que o **Neoliberalismo** despolitiza a Educação, dando-lhe um novo significado, o de mercadoria, garantindo, de tal forma, o triunfo de suas **estratégias mercantilistas e privatistas**, absolutamente necessárias à manutenção do consenso e da hegemonia da sociedade capitalista.

Podemos afirmar assim que, um trabalho científico no campo da Educação possui uma responsabilidade ainda maior, pois que tem o **“dever” de apontar caminhos alternativos**, que visem a **mudanças** substancialmente qualitativas, tanto na **práxis** educativa como na cobrança e na fiscalização das atribuições do **Poder Público**.

O referencial teórico da presente pesquisa teve como fundamento o **Materialismo Histórico**, objetivando conectar várias matizes acerca do objeto pesquisado, assim como também, aludindo a olhares diversificados a respeito da temática. Assim, utilizamos os seguintes métodos de procedimento: **Histórico, Comparativo, Sociológico e Etnográfico**. Nesse sentido, destacamos ainda que, metodologicamente, utilizamos as **Pesquisas Exploratória, Bibliográfica e Documental**.

Estado Neoliberal, Privatização e Política Educacional

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 5, 2004

A Educação, segundo a ótica marxista, inclui

todos os processos que contribuem para a **formação** e para a **mudança** no nível da **consciência** e do **caráter** das pessoas. Portanto, este conceito inclui não só a **escolarização**, mas também a **socialização** em geral. Apesar da extensão conceitual, o pensamento de Marx (1992: 25) sobre Educação está muito disperso em sua obra. Isto nos leva a perceber que a **Educação** era parte de um amplo **processo de conscientização da realidade** e, que até poderia contribuir largamente para o estabelecimento de uma sociedade revolucionária, porém, nunca dissociada da luta política.

As **Políticas Sociais** brasileiras não atingiram um patamar redistributivista, funcionando apenas como **forma de controle e de diminuição da extensão da luta de classes** seja do ponto de vista social seja do econômico. Como sabemos, a **precarização do atendimento público** é anterior à perspectiva **Neoliberal**, tendo constituído-se no plano da ação estatal como uma estratégia de incremento aos investimentos privados e de desenvolvimento deste setor; porém, hoje alcança novo estatuto, consubstanciando-se em um padrão necessário ideológica e economicamente à **aceleração das Privatizações**. A crise econômica do final dos anos 70 e início dos 80, caracterizada pelo problema no padrão de produção e acumulação capitalista de base *fordista-keynesianista*, favoreceu o desenvolvimento do **ideário Neoliberal**, que emergiu como uma importante estratégia de enquadramento e formatação do **Estado** aos novos tempos, nos quais os **gastos dos recursos públicos precisam ser cada dia menores**, tornando-se insuficientes para a manutenção dos padrões de proteção social típicos do pós-guerra.

O **Neoliberalismo** não possui um corpo teórico próprio, precisando resgatar alguns conceitos e premissas do **ideário Liberal** dos anos 50; assim, baseia-se na **reorganização do Estado** e na **diminuição de suas funções** como forma de superação da crise econômica. O **Neoliberalismo** emerge como um conjunto

de regras práticas de ação, em que a idéia de constituição de um **Estado forte** está associada à criação de condições necessárias à **expansão do mercado e da livre economia**. O mercado passa então a desempenhar um papel fundamental na regulamentação das relações sociais e das sociedades capitalistas.

A **Política Educacional** e a **crise da Educação**, na perspectiva **Neoliberal**, encontram-se reguladas pelo caráter unidimensional do mercado. O **conhecimento é fragmentado** e considerado como **mercadoria**, e não

como um processo, ou seja, uma construção contínua. Ainda segundo a cartilha **Neoliberal**, a **Educação** deve desenvolver suas características de maneira que atenda às **exigências do mercado**, no que se refere, sobretudo, à formação de profissionais, de acordo com as premissas da **qualidade total**, da **formação abstrata e polivalente**, da **flexibilidade** e da **descentralização**.

A Política de Privatização da Educação Superior Nacional

O **Ensino Superior**, como um subsistema educacional, ocupa uma posição absolutamente relevante, para não dizermos estratégica, nas “(...) dinâmicas dos processos de inovação tecnológica, assim como de produção e difusão da ciência e da cultura (MARTINS, 2000:41)”, desse modo, acaba por desempenhar um **papel crucial no desenvolvimento sócio-econômico** de um país. Partimos, então, do pressuposto que a **Educação Superior** é uma peça-chave na tarefa de **qualificar os recursos humanos para a modernização da sociedade brasileira**, além de ser um fator basilar na melhoria dos ensinos fundamental e médio da rede educacional do país.

Apesar do **acentuado crescimento numérico das instituições de Ensino Superior** nas últimas décadas, os dados evidenciam uma **distribuição desigual do total das IES** pelo país, o que pode ser vislumbrado pelo seguinte fato: a **região Sudeste absorve 59% dos estabelecimentos**; a **Sul, 13%**; a **Nordeste, 13%**; a **Centro-Oeste, 11%**; enquanto a **região Norte abrigava apenas 4% das instituições**. Destacamos ainda, que os dados apontam para uma **forte predominância numérica da rede Privada**, que englobava, já no fim dos anos 90, **78% dos estabelecimentos**, enquanto o setor **Público** era responsável tão-somente por **22% das instituições**. Dessa maneira, não podemos fechar os olhos para a questão dos **Estabelecimentos Privados** prevalecerem numericamente em todas as **regiões do país**, sobretudo no **Sudeste, Sul e Centro-Oeste**.

Quando analisamos a incidência de tal fenômeno no **Estado do Pará**, devemos compreender que o **universo de instituições de ensino superior** desta região ainda encontra-se absolutamente **aquém das demandas** de que a mesma necessita. Apesar da fecunda expansão no âmbito do nível superior de ensino ocorrida no **Pará**, referente a cursos e vagas, sobretudo nos últimos

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, N° 5, 2004

cinco anos, deve-se frisar que realmente tais ações coincidiram com a instalação múltiplos estabelecimentos privados de terceiro grau, entretanto, assim como qualquer empresa capitalista, estes já nasceram destinados a um seletor público, àqueles que possuem condições materiais para arcar com seus altos custos, como verificamos na própria UNAMA, o que impossibilita que a função social da Educação seja proficuamente realizada, desarticulando um sentido que, na realidade, remete a sua própria ontologia.

Um fato singular nesse processo diz respeito ao avanço das instituições universitárias oriundas do setor Privado, que passaram de 20 para 76 Universidades, representando um estratosférico e inacreditável aumento de 280%. Nesse contexto, a Universidade da Amazônia, *locus* de nossa pesquisa e expressão maior do processo de expansão do sistema particular de Ensino Superior no Estado do Pará, fez valer a própria projeção de crescimento demonstrada de acordo com a tendência nacional, englobando mais de 20 cursos de graduação apenas ao longo do período que vai de 1998 a 2002.

As Universidades Públicas ocupam posição fundamental no interior do campo acadêmico nacional, além de desempenharem papel estratégico no processo de desenvolvimento do país, pois que uma parte substancial da capacidade de pesquisa instalada no âmbito nacional concentra-se na rede pública.

Acreditamos que as Universidades Federais são fundamentais para o desenvolvimento do país, pois que têm se revelado em um espaço destacado do processo de ampliação das oportunidades educacionais, tornando-se um *locus* central na discussão e divulgação de questões relevantes aos quadros nacionais de nossa história, conduzidas por uma pluralidade de perspectivas analíticas. Entretanto, salientamos que um dos

traços marcantes no funcionamento do campo das instituições de Ensino Superior Brasileiro contemporâneo foi exatamente, “o aparecimento de um novo ensino privado”, de perfil laico, que se constituiu a partir do final dos anos 60, comandado, terminantemente, por uma lógica de mercado, assim como, igualmente, por um forte *ethos* empresarial.

A partir do final dos anos 80 ocorreu um movimento para a transformação de Escolas Isoladas e/ou Federações de Escolas em Universidades Particulares, em grande parte guiado por

esse “**novo Ensino Privado**”. Nesse sentido, observamos que a lógica para a criação das novas **Universidades Particulares**, cujo **crescimento foi de 280%**, desde a década de 80, foi influenciada pela **fusão de Estabelecimentos Isolados**, que decresceram durante esse período e/ou pela criação de **Faculdades Integradas Particulares**, as quais funcionaram como uma espécie de incubadora de novas Universidades, aumentando sua **participação quantitativa** no sistema de forma relevante, exatamente como ocorreu com a **UNAMA**, que passou de Estabelecimento Isolado à condição de Universidade Privada no ano de 1993.

Destacamos que, se colocarmos em pauta o ilustrativo exemplo da **UNAMA**, logo perceberemos que tanto sua **mentalidade** quanto suas **ações** revelam-se no sentido de, cada vez mais, **ampliar o já extenso conjunto de seus cursos**, maximizando, por conseguinte, a **extensão do número de vagas quer dos que dispõe quer dos que estão emergindo**. Desse modo, devemos atentar para o fato de que mesmo mantendo uma suntuosa estrutura física, como a **UNAMA** bem o faz, nem sempre essas **instituições da rede Privada** oferecem uma **Educação** de qualidade, com professores suficientemente capacitados e uma considerável produção científica, além de que contribuem com somente **2% da pesquisa realizada no país**.

Notamos também que, tal fenômeno expressa ainda uma **estratégia**, direta ou indireta, de **maximizar simbolicamente a posição dessas instituições no interior do campo acadêmico**, travando uma disputa paralela até com estabelecimentos não universitários. Sua **lógica** gira em torno de demarcar posições e, assim, **umentar a rentabilidade simbólica dos seus títulos escolares nos mercados acadêmico e extra-acadêmico**. Logo, a questão da **titulação dos docentes** dessas Instituições de Ensino passa a ser absolutamente estratégica, pois que, se a **Educação Superior** foi transformada em um imenso **mercado**, a **propaganda** em torno das qualidades do serviço ofertado deve ser sedutora e perfeitamente eficaz, sendo necessário todo um investimento em treinamento e qualificação de seus docentes a fim de que seu **marketing** junto aos seus futuros **alunos-consumidores** seja realizado da maneira mais convincente possível, como foi realizado pela **UNAMA** em seu informativo referente ao Processo Seletivo 2002, no qual constava a titulação de seus docentes efetivos e daqueles em processo de capacitação.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 5, 2004

Várias dessas novas instituições encontram sérias **dificuldades** em seu cotidiano para implantar uma sólida carreira docente, não tendo obtido resultados convincentes na institucionalização da prática da pesquisa científica, fato compreensível à proporção que muitas surgiram, organizaram-se e expandiram-se como centros de ensino e, uma vez transformadas em Universidades, criaram uma série de artificialismos acadêmicos a fim de atender às exigências da **prática científica**, que prescreve a **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**.

O **predomínio quantitativo do setor Privado** desperta nossa atenção quanto à evolução das matrículas nos últimos anos no país, pois que, ultimamente, foi registrada em torno de 60%, e em 1998 absorvia cerca de 62% do total dos alunos de graduação. Há também uma acentuada presença da **rede Particular** na oferta dos cursos no país, sendo que no ano de 1998, de um total de 6.950 cursos, a **rede Privada** respondia por um total de 3.980, ou seja, 57% dos cursos em funcionamento. Em contrapartida, os dados indicam um forte **crescimento** no período de 1988 a 1998 dos cursos oferecidos pelas redes **Estadual (87%), Municipal (86%) e Privada (68%)**. A evolução da oferta dos cursos da rede **Federal** cresceu somente 27%. Podemos constatar também que o sistema conta com, aproximadamente, 165.122 mil docentes, dos quais, apenas 19% possuem a **titulação de doutor** e 27% a de **mestre**, isto é, 54% dos docentes não possuem nenhum título conferido pela **pós-graduação stricto sensu**, uma vez que 35% são portadores do título de **especialista** e apenas 19% são **graduados**.

Essa tendência nacional também estende-se às **Instituições Privadas de Ensino Superior do Estado do Pará**, como bem assinalam os números fornecidos pela **UNAMA**, que a despeito de sua propaganda, que diz que a mesma "(...) ultrapassou os patamares de qualidade oferecidos pelo MEC, ofertando bolsas de

estudo a seus docentes para que possam realizar cursos de pós-graduação em sentido estrito", de um total de 642 docentes, apenas 45 possuem **Doutorado**, o que corresponde a somente 7,01% de seu quadro geral; enquanto 38,78% dos professores possuem o título de **Mestres**. O que devemos compreender e ressaltar é que nesse universo há um número alarmante: 54,21% desses docentes não possuem nenhum título ofertado pela **pós-graduação stricto sensu**, haja vista que 37,54% portam o título de **Especialista**, havendo ainda um total de 16,67% que

contam tão-somente com a **Graduação**.

Concluimos, portanto, que não deixa de ser preocupante o fato de as **Instituições Particulares**, onde se concentram **62% das matrículas da graduação**, apresentarem um **corpo docente** com uma **taxa tão pequena de titulação acadêmica**. Segundo os dados, **76% dos doutores e 55% dos mestres** estão concentrados nas **Universidades Pública**; certamente, esse contingente, encontra-se em determinadas instituições, como nas **Universidades Estaduais e Federais**, sobretudo das regiões Sul e Sudeste do país.

Conclusões Finais

No campo educacional, a doutrina **Neoliberal** traz à baila um conjunto de estratégias e receitas que, além das **perspectivas idiossincráticas** que lhes consubstanciam, possuem **raras distinções inter-regionais**. Nesse sentido, independentemente da faceta particular que assume a concretização dessas políticas, interessamo-nos por mostrar que seu desenvolvimento vincula-se, nomeadamente, a **irreversíveis transformações culturais**.

O **Neoliberalismo** busca destruir a **Educação Pública** mediante infundáveis atitudes e táticas **privatizantes**, tendo por escopo a aplicação de uma **política de descentralização autoritária**, ao passo que, concomitantemente, desvela a passos largos uma **Política de Reforma Cultural**, que tem como pretensão mais significativa dizimar do horizonte ideológico da sociedade contemporânea qualquer possibilidade de construção de uma **Educação pública, democrática, de qualidade e capaz de atender aos anseios das maiorias**.

Resumidamente, tal **Política de Reforma Cultural** visa não somente negar, como também desarticular a própria existência do legítimo **direito à Educação**. Desse modo, poderíamos ir ainda mais longe, chegando mesmo a aventar a hipótese de que esta ruptura do sentido atribuído ao direito à Educação constitui uma essencial à **garantia do êxito das políticas de cunho nitidamente dualizante e antidemocrático**.

À proporção que o **Neoliberalismo** realiza com presteza sua cruzada cultural, acaba também, por conseguinte, difundindo com sucesso suas propostas políticas. Assim, o fato do **Neoliberalismo** necessitar primeiramente **despolitizar a Educação** salta aos nossos olhos, pois que, somente resignificando-lhe como **Mercadoria** é que

este sistema assegura o triunfo de suas **estratégias mercantilizantes**, tal como, o vital consenso em torno das mesmas.

A Universidade Nacional **não encontra-se imune** ao processo de sucateamento **impresso incisivamente** pela Política Neoliberal. **Tal cenário agravou-se em demasia**, sobretudo ao longo das últimas décadas do século XX, pois que este viu-se **marcado** pela continuidade do endividamento externo do país, assim como pelo próprio processo de colapso do capitalismo mundial. A crise vivenciada pela **Educação Superior Brasileira** precisa ser superada. Logo, defendemos que é imperioso **repensarmos seu papel** a partir de "(...) um processo que deve ser **amplo**, de forma que possa definir **democraticamente** as bases de uma **estrutura organizacional e de poder** (ANDES, 1991:84)", que permitam um adequado desempenho de **ensino, pesquisa e extensão**, frente a sua **ontológica função social**.

Diante da argumentação retroaludida, os princípios que fundamentam o **padrão de qualidade** que sugerimos têm como pontos fulcrais as seguintes propostas:

a) **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. Partimos de tal princípio por entendermos que a simples reprodução do conhecimento não oferece à sociedade soluções aos problemas econômicos e sociais que estão na ordem do dia. Neste contexto, a própria **qualidade da reprodução do conhecimento** está intimamente relacionada à **produção científica**. Corroborando com o pressuposto anteriormente mencionado, observamos que basta constatar o desempenho das **Universidades Particulares** em relação à pesquisa, para tornar-se ainda mais explícito que o **modelo privatizante** em curso não respeita tal princípio, entendido neste trabalho como fundamental à manutenção e ao aprimoramento da **qualidade da Educação Superior**;

b) **Ensino Público, Gratuito, Democrático, Laico e de Qualidade para todos**. A Educação é um **direito ontológico, universal**, além de ser também um **dever do Estado**. No que tange ao **Ensino Privado**, concluímos que este deve constituir-se em uma **concessão pública** e, portanto, **submetida ao interesse e ao controle do Estado**;

c) **Autonomia Didático-Científica, Administrativa e de Gestão Financeira e Patrimonial**. As instituições de **Ensino Superior** devem ter **autonomia** para definir, **democraticamente**, as **políticas de ensino, pesquisa e extensão**, de forma ²

viabilizar as condições necessárias para fazer frente aos **problemas sociais**, sob pena de não representar o real interesse da sociedade brasileira. “A **Universidade**, por ser uma instituição social de interesse público e de caráter estratégico, no atendimento às demandas da sociedade, exige que todas as **decisões** sejam submetidas ao **domínio público**, com critérios **democráticos e transparentes**”. A autonomia universitária deve incorporar também a **autonomia didático-científica**. “É preciso garantir mecanismos que impeçam controles ideológicos, político-partidários, ou de qualquer outro tipo de discriminação sobre a comunidade universitária” (ANDES, 1999:13);

d) Democratização Interna e Liberdade de Organização. A comunidade universitária deve participar do processo decisório por meio dos órgãos **colegiados** ou **associações sindicais**;

e) Condições de Trabalho aos Docentes. O descompromisso de sustentação financeira do **Ensino Superior** pelo Estado fez avançar o **processo de privatização**, e tem deteriorado as **condições de trabalho** nas instituições de **Educação Superior Públicas**. A melhoria de sua qualidade está diretamente associada à recuperação das **condições de trabalho** nessas instituições. Por isso a **isonomia salarial** e a **carreira docente** têm grande importância para garantir um **padrão unitário de qualidade** em todo o país.

É importante frisarmos que não defendemos a criação de centros de excelência ou de centros reprodutores de conhecimento. Acreditamos ser essencial o desenvolvimento de **estratégias que elevem o nível de qualidade de toda a Educação Superior**. No entanto, para que isto se concretize é necessário também um processo de **avaliação** tanto do **papel** e quanto da **produção** de tais instituições.

A **proposta de avaliação** defendida pelo **governo** vem seguindo a **lógica empresarial** de retorno a curto prazo, constituindo-se também em uma proposta de caráter autoritário, quantitativo, descontextualizado e vinculada a um único propósito: **financiamento das instituições**.

Uma avaliação deve ser feita tendo-se em vista um **padrão de referência**, devendo ainda representar um mecanismo de **implementação e fortalecimento de um projeto de Educação Superior**. Avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los, objetivando ao aperfeiçoamento das instituições com vista ao **padrão unitário de qualidade**. Pretende-se com a **avaliação** das

instituições de **Educação Superior** identificar os objetivos previamente definidos e verificar se estes estão sendo atingidos ou não, e quais são as causas de sucesso ou fracasso, a fim de **aprimorar estratégias futuras**.

BIBLIOGRAFIA

DEMO, P. **A Pesquisa Como Princípio Científico e Educativo**. São Paulo/SP: CORTEZ, 1990.

DINIZ, E. **Em Busca de um Novo Paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo/SP: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 1996.

FRIGOTTO, G. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica da Pesquisa Educacional**. Rio de Janeiro/RJ: FGV/IESE, 1987.

GENTILI, P. Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In.: _____ (Org.). **Pedagogia da Exclusão. Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. Petrópolis/RJ: VOZES, 1995.

GENTILI, P. & SILVA, T.T. (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas**. Rio de Janeiro/RJ: VOZES, 1994.

GIANNOTTI, J. A. A Universidade e a Crise. In.: **Revista Ciência e Cultura**, vol.37, n.7, jul. 1985.

MARX & ENGELS. **Textos Sobre Educação e Ensino**. São Paulo/SP: MORAES, 1992.

MELLO, A. F. de. **Modo de Produção Mundial e Processo Civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx**. Belém/PA: PAKA-TATU, 2001.

SGUISSARD, V. & SILVA JR., J. dos R.. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção**. BRAGANÇA PAULISTA/ SP: EDUSP, 1999.

TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Petrópolis/RJ: VOZES / Rio Grande do Sul/RS: CIPEDÉS, 1999.